

RELATÓRIO DE GESTÃO
E CONTAS

2016

Handwritten signatures and notes:
D. P. Am
H. de...
C. B. P.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Índice

- Membros dos Órgãos Sociais
- Convocatória da Assembleia Geral
- Relatório da Mesa Administrativa
 - Introdução
 - Considerações Gerais sobre o Setor Social não Lucrativo
 - Atividades Desenvolvidas
 - Recursos Humanos
 - Situação Económica e Financeira
 - Perspetivas da Atividade para 2017
 - Proposta de Aplicação dos Resultados
 - Referências Finais
- Balanço
- Demonstração de Resultados por Natureza
- Demonstração de Resultados das Valências
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Variações nos Fundos Patrimoniais
- Anexo
- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
- Certificação Legal das Contas

[Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page, including names like 'Pp', 'AM', 'J', 'dos', 'Pau', 'Jelly', and 'JAF']

Man

MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente - Dr. Manuel José Caraça Cipriano

Secretário – Dr. Ricardo José Madeira Cipriano

Secretário - Sr. Rui Manuel Correia Vairinhos

Man José
Ricardo
Rui

Mesa Administrativa

Provedor - Cor. Joaquim António Camacho Aguiã

Vice-Provedor – Prof. Luís Manuel Martins Correia

Secretária - Dra. Maria Helena D. M. Messias

Tesoureiro – Sr. Joaquim Manuel Henrique Félix

Vogal – Dra. Cecília Maria D’Azevedo A. De Faria

Vogal – Edu. Lurdes Maria Xavier Madeira Mestre

Vogal – Luís Filipe Correia Burnett Lapidó

Suplente – Sra. D. Rosa Cristina Marques Teresa

Conselho Fiscal:

Presidente – Sr. José Manuel dos Santos Rosa

Vice-Presidente – Sr. José Afonso Valente

Secretário - Sr. Nelson Rosa Mascarenhas

Suplente – Sr. José António Mascarenhas

Suplente – Dra. Ana Maria Viegas Canuto

[Handwritten signatures]

**ASSEMBLEIA GERAL
CONVOCATÓRIA**



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**

[Handwritten signatures]

CONVOCATÓRIA

Nos termos do art.º22 - N.º2 Alínea b) do Compromisso desta Instituição convoco a Assembleia Geral a reunir pelas 20h30m do dia 31 de Março de 2017 no Lar "Dr. Alonso Vasquez", com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º PONTO - APRECIAR, DISCUTIR E APROVAR AS CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2016;

2.º PONTO - APRECIAR, DISCUTIR E APROVAR O NOVO REGULAMENTO ELEITORAL DESTA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

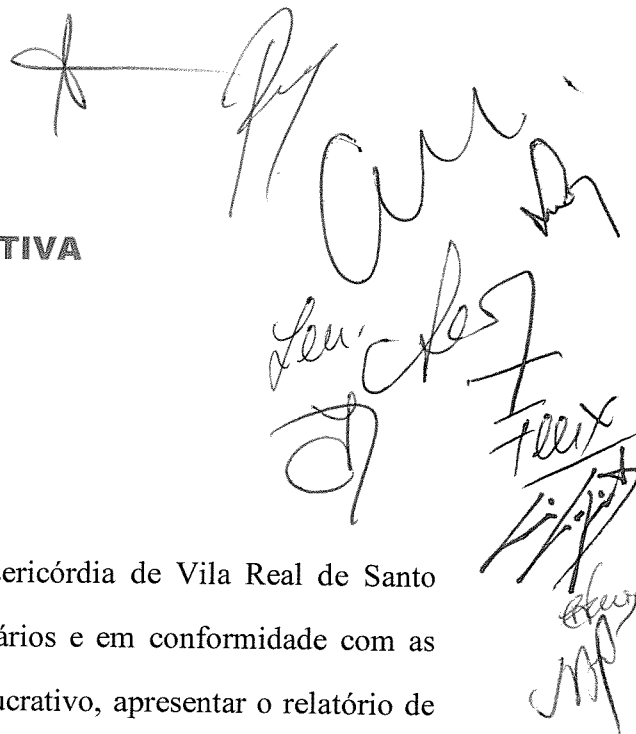
Não havendo à hora marcada número legal de associados, funcionará a mesma Assembleia em segunda convocatória meia hora depois.

Vila Real de Santo António, 15 de fevereiro de 2017

O Presidente da Assembleia Geral



(Dr. Manuel José Cipriano)



RELATÓRIO DA MESA ADMINISTRATIVA

1 | Introdução

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Santo António (SCMVRSA) vem, nos termos estatutários e em conformidade com as normas contabilísticas para o setor social não lucrativo, apresentar o relatório de gestão relativo ao Exercício de 2016. Para além de referências às atividades desenvolvidas e perspetivas futuras, este relatório integra também as demonstrações financeiras legalmente fixadas no sistema de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (SNC – ESNL).

2 | Considerações Gerais sobre o Setor Social não Lucrativo

O sector social não lucrativo, ao qual as Misericórdias pertencem e onde assumem um papel muito relevante, continua a ser o parceiro do Estado por excelência, na operacionalização da rede de apoios prestados à população, de acordo com o modelo social vigente. Ao longo dos últimos anos, caracterizados pelo aumento dos problemas sociais no país, a necessidade deste trabalho de parceria entre o Estado e o setor privado não lucrativo, ficou ainda mais reforçada. O Estado tem vindo a assumir, desde há muitos anos, o papel do principal financiador do sector social. Numa segunda linha de financiamento posicionam-se os clientes/utentes das instituições, através das mensalidades e participações que pagam como contrapartida da prestação dos serviços. Numa terceira linha há que considerar também o financiamento conseguido através da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. Complementarmente, por iniciativa própria, as instituições

procuram também obter outros recursos financeiros e materiais, através de donativos e doações, como forma de atenuar os desequilíbrios económicos e financeiros que se verificam em muitas organizações do setor social não lucrativo. As dificuldades financeiras que o país tem vindo a enfrentar no passado recente afetam todos os setores de atividade – empresas, serviços públicos e economia social. Todavia, o setor social não lucrativo terá sido, provavelmente, o que sofreu maiores impactos. No que toca ao equilíbrio financeiro, três tipos de desafios têm sido sistematicamente colocados às instituições sociais: 1) fortes constrangimentos a nível do financiamento público, quer na obtenção de verbas para a sua gestão operacional e equilíbrio das valências, quer nos subsídios para investimento; 2) redução progressiva dos valores das mensalidades dos utentes e dificuldades na sua cobrança atempada, devido sobretudo às dificuldades que as famílias enfrentam por situações de desemprego e outras; devido às dificuldades das famílias, originadas por situações de desemprego e outras; 3) crescimento dos problemas sociais e dos pedidos de apoio da população às instituições, originados por dificuldades financeiras e outras situações de emergência.

Este cenário de constrangimentos progressivos caracterizou e criou uma enorme pressão sobre o sector social em todo o país nos últimos anos. A SCMVRSA continuou em 2016 a ter que enfrentar estas dificuldades que afetam o sector na globalidade. Todavia, por força da combinação de mecanismos de controlo adequados da despesa e reforço do trabalho de parceria com entidades públicas, conseguiu-se este ano uma melhoria notória nos resultados líquidos, conforme adiante será referido.

3 | Atividades Desenvolvidas

Em 2016, a SCMVRSA continuou a seguir a opção estratégica de manter em funcionamento todas as suas respostas sociais, conforme se mostra no quadro seguinte:

Respostas Sociais	Nº Utentes
Creche de Santo António	123
Creche "A Cegonha"	46
Jardim de Infância "A Borboleta"	90
Jardim de Infância "A Cegonha"	39
Centro de Acolhimento	20
Lar Dr. Alonso Vasquez	56
Lar Dr. José Colaço Fernandes	36
Centro de Dia Dr. José Colaço Fernandes	8
Centro de Dia do Centro Comunitário de VRSA	22
Apoio Domiciliário Dr. José Colaço Fernandes	18
Apoio Domiciliário do Centro Comunitário de VRSA	37
Apoio Domiciliário Integrado	3
Unidade Residencial Portadores HIV	5
Unidade Cuidados Continuados	18
Casa Mortuária VRSA	N/A ¹
RSI	N/A
Cozinha Monte Gordo	N/A
Programa de emergência alimentar - Cantinas Sociais	N/A
Campo de Férias	17

a) Apoio à infância

Na área da infância tivemos alguns problemas em 2016 e antecipamos problemas ainda mais graves para 2017.

¹ N/A – Não aplicável

Em 2016, no Centro Infantil “A Cegonha”, não esgotamos a capacidade protocolada (50 crianças) o que se refletiu nos resultados operacionais da valência. (Não recebemos participações da Segurança Social, nem participação dos pais/encarregados de educação dos utentes em falta).

Igualmente na creche de Santo António, embora tenhamos capacidade instalada para 155 crianças, continuamos apenas com acordo com a segurança social para 102 crianças. Até ao momento apenas promessas.

Obviamente que, os reflexos financeiros também se refletem e muito, nesta valência.

Relativamente ao Centro Infantil “A Borboleta” para o ano letivo 2017/2018 as perspetivas que se avizinham podem ser bastante penalizadoras, se se concretizarem as promessas políticas de que o ensino pré-escolar passará todo para o ensino público.

Perguntamos, o que fazer a todas as funcionárias dos Centros Infantis “A Borboleta” e “A Cegonha”? Extinção dos postos de trabalho? Fica a interrogação. Além de tudo o atrás referido, apercebemo-nos de que, os pais/encarregados de educação, de uma forma geral, continuaram a manifestar dificuldades em cumprir com o pagamento das prestações financeiras.

b) Apoio à população idosa

Face ao baixo valor das pensões de reforma da generalidade da população idosa, a maioria dos utentes inscritos para entrada em lar, necessita que os seus filhos/família contribuam com alguma verba para pagamento das prestações, o que nem sempre é possível, face aos poucos recursos de que também dispõem, complicando muito toda a situação das Santas Casas.

c) Outras Atividades

Também consideramos de extrema gravidade que alguns extratos da população portuguesa que beneficia de cantinas sociais, por incrível que pareça, não tenham capacidade financeira para participar no mínimo com 50 cêntimos/refeição.

4 | Recursos Humanos

É comum afirmar-se que as pessoas são o capital mais valioso de qualquer organização. Nas organizações dedicadas exclusivamente à prestação de serviços, o valor dos recursos humanos é considerado ainda mais crítico. A SCMVRSA é uma organização prestadora de serviços, com a característica muito especial de prestar serviços sociais. Estes serviços, quer sejam na área de infância e juventude, quer no apoio a idosos, ou no apoio às famílias, têm características bastante específicas. Exigem conhecimentos, atitudes, esforços e comportamentos humanos da parte dos funcionários, que não estão ao alcance de qualquer pessoa. Os órgãos diretivos da SCMVRSA conhecem bem esta realidade e mantêm uma aposta total nos seus recursos humanos. As pessoas são, de facto, o capital de maior valor na nossa instituição. É certo que, em tempos de crise, devido à constante preocupação com a contenção de custos, nem sempre é fácil mostrar claramente aos funcionários que a organização valoriza prioritariamente o seu desempenho e esforço diários. A Mesa Administrativa entende esta dificuldade e tem procurado demonstrar que reconhece o esforço das pessoas e considera a sua competência e profissionalismo fundamentais para a continuidade e progresso da SCMVRSA.

5 | Situação Económica e Financeira

Como nota prévia à análise económica e financeira que a seguir se apresenta e visando uma melhor compreensão dos mapas contabilísticos respetivos, deve

referir-se que as contas estão estruturadas de acordo com os conceitos e mapas previstos no Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades Sociais não Lucrativas (SNC-ESNL) o qual entrou em vigor no ano de 2012. As alterações mais importantes introduzidas pelo SNC e pela Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL) foram: a introdução de um novo plano de contas, uma nova estrutura de apresentação das demonstrações financeiras e a aplicação de novas normas de contabilidade, designadas por Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). A SCMVRSA está desde 2012 sujeita à certificação legal de contas através de um revisor oficial de contas (ROC), cujo parecer integra o presente relatório de gestão.

A demonstração de resultados, constante neste relatório, inclui todos os rendimentos e gastos ocorridos em 2016, os quais originaram um resultado líquido negativo de 26.966,12€. Apresentam-se seguidamente algumas análises que mostram a evolução desses gastos e rendimentos, transmitindo uma visão clara de como se apurou aquele resultado líquido.

Os principais rendimentos da SCMVRSA têm duas origens: participações dos utentes pela prestação de serviços e subsídios à exploração recebidos das entidades públicas. O total destas duas rubricas registou em 2016 um ligeiro crescimento em relação ao ano anterior, como se pode observar no quadro seguinte:

Rendimentos	2016	2015
Serviços prestados	1.390.000€	1.375.000€
Subsídios à exploração	2.459.000€	2.427.000€
Total	3.849.000€	3.802.000€

Os serviços prestados apresentam um aumento de cerca de 15.000€. Nos subsídios à exploração verificou-se um acréscimo de cerca de 32.000€. Estes subsídios à exploração são realizados por diversas entidades públicas: segurança social, saúde, instituto de emprego, autarquia e programas específicos. O valor total de subsídios do Município de Vila Real de Santo António ascendeu a 169.000€ em 2016.

Quanto aos gastos, os mais significativos correspondem a três rubricas apresentadas no quadro seguinte: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal. Estas rubricas totalizaram em 2016 o montante de 3.955.000€, que representa um decréscimo de cerca de 4% em relação ao ano anterior.

Gastos	2016	2015
Custo das matérias consumidas	530.000€	545.000€
Fornecimentos e serviços externos	554.000€	613.000€
Gastos com o pessoal	2.871.000€	2.946.000€
Total	3.955.000€	4.104.000€

No conjunto destas três rubricas, o principal decréscimo verificou-se nos gastos com pessoal, no valor de 75.000€.

A demonstração de resultados (ver mapa incluído no presente relatório) envolve ainda três rubricas - uma de rendimentos, e duas de gastos - que merecem uma referência específica, conforme quadro seguinte.

Rubricas	2016	2015
Outros rendimentos e ganhos	269.000€	247.000€
Outros gastos e perdas	40.000€	40.000€
Gastos de depreciação e amortização	151.000€	154.000€

[Handwritten signatures and initials: "am", "Flux", "J.P.", "M.P."]

Na primeira rubrica, “outros rendimentos e ganhos” ocorreu um crescimento de cerca de 9% relativamente ao ano anterior. Trata-se de uma conta composta por rendimentos de diversas origens, tais como: rendimentos suplementares, correções favoráveis relativas a anos anteriores, amortizações de subsídios ao investimento e donativos.

A segunda rubrica, “outros gastos e perdas”, composta também por gastos de diversas origens, o valor é igual ao do ano anterior.

A terceira rubrica, “gastos de depreciação e amortização”, apresenta uma redução de 2%. Trata-se de um gasto de natureza não financeira, correspondente ao desgaste resultante da utilização dos ativos fixos (móveis e imóveis) da SCMVRSA no desenvolvimento das suas atividades.

O mapa de balanço incluído neste relatório retrata a situação financeira da SCMVRSA. Merecem destaque específico as rubricas apresentadas no quadro seguinte:

Gastos	2016	2015
Ativo não corrente	6.097.000€	6.221.000€
Ativo corrente	398.000€	538.000€
Fundos patrimoniais	5.709.000€	5.797.000€
Passivo corrente	786.000€	962.000€

O “ativo não corrente” evidencia uma redução de 124.000€, originada pelas depreciações anuais.

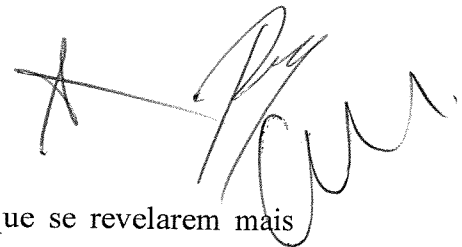
O agregado “ativo corrente” apresenta uma redução de 140.000€ relativamente ao ano anterior. A origem desta redução está nas outras contas a receber, nos reembolsos de impostos e nas disponibilidades

Os “fundos patrimoniais” apresentam um decréscimo de 89.000€, originado pela integração do resultado negativo apurado no exercício anterior e também pela inclusão do resultado líquido apurado em 2016.

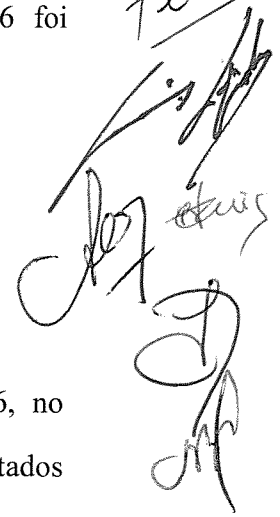
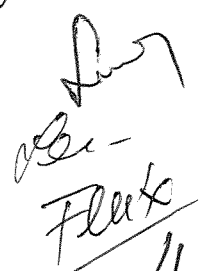
O “passivo corrente” apresenta um decréscimo global de 176.000€ que resulta de reduções em todas as rubricas que integram este agregado no balanço. É uma situação favorável, na medida em que a instituição ficou menos endividada no final de 2016.

6 | Perspetivas da Atividade para 2017

Os indicadores macroeconómicos para Portugal têm vindo a assinalar progressos em termos de crescimento. A notícia acabada de divulgar pelo INE, relativa à revisão em alta da taxa de crescimento económico, verificada no quarto trimestre de 2016, atesta bem essa tendência favorável. São boas notícias para o país e naturalmente também para o setor social não lucrativo ao qual a SCMVRSA pertence. Poderá perspetivar-se, por um lado, alguma melhoria na capacidade de captar apoios financeiros públicos. Por outro lado, pela via da esperada redução no desemprego, é expetável que se verifique também uma diminuição nos desequilíbrios sociais, em particular o índice de pobreza das famílias, que desde 2011 cresceu continuamente. De tal forma, que obrigou o setor social a intervir, disponibilizando recursos próprios, que até hoje não tiveram ainda o retorno adequado por parte do Estado. A SCMVRSA encara naturalmente os cenários de crescimento económico com grande expetativa. A Mesa Administrativa conhece bem a realidade social do concelho onde a instituição está inserida e está preparada para os desafios que irão surgir. Para isso, daremos continuidade à execução das prioridades estratégicas definidas, nomeadamente reforçando as parcerias com entidades públicas, as quais já produziram em 2016 resultados significativos. A Mesa vai estar atenta aos fatores de mudança que seguramente



surgirão nos próximos tempos. Tomaremos as medidas que se revelarem mais adequadas, tendo em conta a diversidade e a complexidade de interesses que envolvem a instituição, os seus utentes e as entidades com as quais a SCMVRSA se relaciona. A Instituição vai elaborar novo pedido de subsídio ao Fundo de Socorro Social para equilíbrio financeiro, já que o solicitado em 2016 foi indeferido liminarmente.



7 | Proposta de Aplicação dos Resultados

Propõe-se que o resultado líquido negativo obtido no exercício de 2016, no montante de 26.966,12€, seja transferido em 2017 para a conta de resultados transitados.

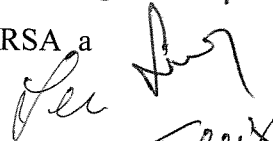
8 | Referências Finais

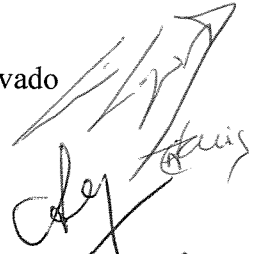
Ao concluir o Relatório de Gestão relativo à atividade do Exercício de 2016, a Mesa Administrativa quer expressar o seu profundo agradecimento e apreço às muitas pessoas e entidades, que de forma direta ou indireta a apoiaram na concretização dos objetivos fixados, particularmente:

- Aos utentes e famílias, pela confiança que demonstraram nos serviços da SCMVRSA;
- Aos irmãos da SCMVRSA pelo apoio, interesse e colaboração manifestados;
- Aos fornecedores pela atitude de parceria que revelaram;
- Às instituições de crédito pelo relacionamento que mantiveram com a SCMVRSA;

- A todas as entidades públicas, na qualidade de parceiros e financiadores da SCMVRSA, incluindo a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, sem as quais a instituição não teria viabilidade de prosseguir;
- Aos doadores, empresas e particulares, que ajudaram a SCMVRSA a atenuar as dificuldades financeiras;
- Aos restantes órgãos sociais, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal, pela frontalidade, lealdade institucional e apoio contínuo;
- A todos os colaboradores da SCMVRSA pelo empenho e elevado profissionalismo demonstrados.








Vila Real de Santo António, 7 de março de 2017

A Mesa Administrativa

Provedor - Cor. Joaquim António Camacho Aguiã

Vice-Provedor - Prof. Luís Manuel Martins Correia

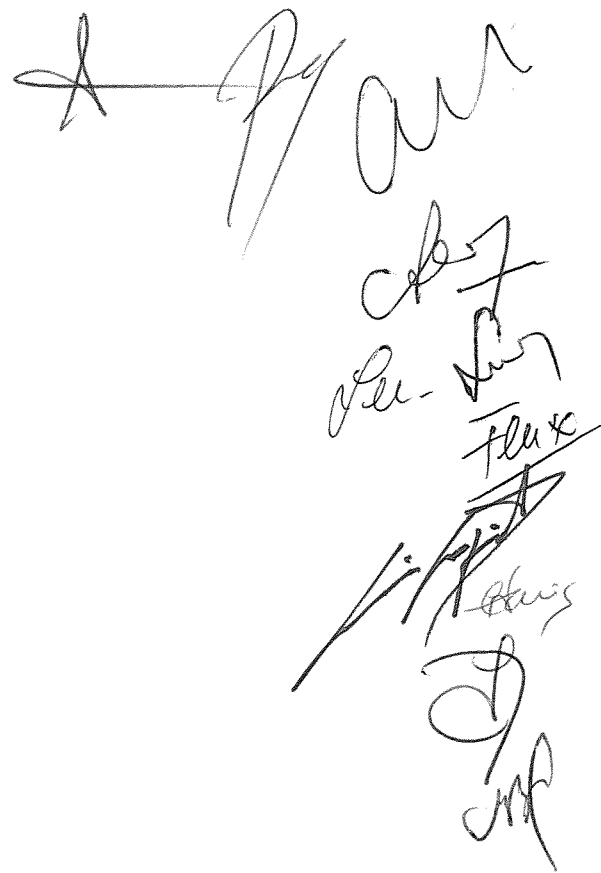
Secretária - Dra. Maria Helena D. M. Messias

Tesoureiro – Sr. Joaquim Manuel Henrique Félix

Vogal - Dra. Cecília Maria D´Azevedo A. De Faria

Vogal – Edu. Lurdes Maria Xavier Madeira Mestre

Vogal – Sr. Luís Filipe Correia Burnett Lapidó



A collection of handwritten signatures and initials in the top right corner. The largest signature is at the top, followed by several smaller ones. One signature includes the word 'Fluxo' written below it.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Balço**
- Demonstração de Resultados por Natureza**
- Demonstração dos Resultados das Valências**
- Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais**
- Anexo**

[Handwritten signatures and initials]
* P
am
A
do
deu Felix
days
Emp

Balanço

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	6.093.306,93	6.217.389,94
Bens do património histórico e cultural	n/a	850,00	850,00
Investimentos financeiros	5	2.869,01	2.869,01
		6.097.025,94	6.221.108,95
Ativo Corrente			
Inventários	6	11.454,70	13.768,56
Créditos a receber	7	39.691,97	38.636,79
Estado e outros entes públicos	8	8.294,66	16.689,49
Diferimentos	9	6.040,77	4.560,45
Outros ativos correntes	10	125.527,03	234.950,07
Caixa e depósitos bancários	11	207.130,05	229.618,06
		398.139,18	538.223,42
Total do ativo		6.495.165,12	6.759.332,37
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12	791.476,35	791.476,35
Resultados transitados	12	32.214,41	-170.627,63
Excedentes de revalorização	12	3.085.920,76	3.455.981,22
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	12	1.826.054,07	1.887.643,55
Resultado líquido do período		-26.966,12	-167.218,42
Total dos fundos patrimoniais		5.708.699,47	5.797.255,07
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Total do passivo não corrente		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	13	263.235,43	308.580,00
Estado e outros entes públicos	8	104.548,20	118.800,37
Financiamentos obtidos	n/a	0,00	241,83
Diferimentos	9	2.368,96	87.889,38
Outros passivos correntes	14	416.313,06	446.565,72
Total do passivo corrente		786.465,65	962.077,30
Total do passivo		786.465,65	962.077,30
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6.495.165,12	6.759.332,37



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with the word 'Fluxo' written below them.

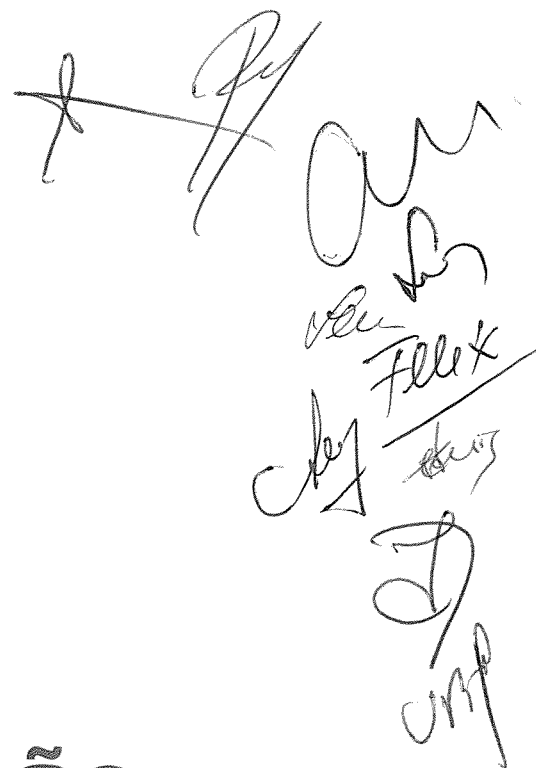
Demonstração de Resultados por Natureza

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	15	1.390.357,58	1.374.596,00
Subsídios, doações e legados à exploração	16	2.459.330,33	2.427.475,22
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	17	-529.816,86	-545.082,22
Fornecimentos e serviços externos	18	-554.047,06	-612.797,20
Gastos com o pessoal	19;20	-2.870.507,17	-2.945.799,80
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	80.775,31
Outros rendimentos	21	269.295,01	246.910,34
Outros gastos	22	-40.392,79	-40.104,35
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		124.219,04	-14.026,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	23	-150.705,26	-153.573,19
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-26.486,22	-167.599,89
Juros e rendimentos similares obtidos	24	100,70	1.370,61
Juros e gastos similares suportados	25	-580,60	-989,14
Resultado antes de impostos		-26.966,12	-167.218,42
Resultado líquido do período		-26.966,12	-167.218,42

A collection of handwritten signatures and initials in black ink, located in the top right corner of the page. The signatures are stylized and include names such as 'Rau', 'Ara', 'Fleite', and 'D'.

Demonstração dos Resultados das Valências

Valências	Gastos	Rendimentos	Resultado Líquido
Creche " Santo António	638.181,79	611.875,54	-26.306,25
Creche " A Cegonha "	235.392,78	249.569,38	14.176,60
J. Infância " A Borboleta"	467.075,65	478.612,85	11.537,20
J. Infância " A Cegonha"	206.289,84	197.331,67	-8.958,17
Centro Acolhimento Temporário	344.022,69	295.568,19	-48.454,50
Lar Dr. Alonso Vasquez	805.426,61	844.261,05	38.834,44
Lar Dr. José Colaço Fernandes	580.261,43	603.599,54	23.338,11
Centro Dia Dr. José Colaço Fernandes	56.176,36	51.883,07	-4.293,29
Centro Dia do C. Comunitário VRSA	203.914,89	152.618,15	-51.296,74
Apoio Domiciliário Dr. José Colaço Fernandes	102.719,38	114.588,36	11.868,98
Apoio Domiciliário C. Comunitário VRSA	229.750,41	282.716,32	52.965,91
Apoio Domiciliário Integrado C. Com. VRSA	50.835,00	57.760,04	6.925,04
Unidade Residencial Viva	70.014,21	59.079,89	-10.934,32
Unidade Cuidados Continuados	557.631,71	503.633,21	-53.998,50
Casa Mortuária Vila Real Santo António	11.946,60	19.762,56	7.815,96
Protocolo Cooperação RSI	77.660,35	81.427,81	3.767,46
Cozinha Centro Comunitário	49.429,33	41.283,05	-8.146,28
Programa Emergência Alimentar 100 Ref.	115.593,11	130.171,87	14.578,76
Programa Emergência Alimentar 10 Ref.	17.173,60	14.999,12	-2.174,48
Campo de Férias	6.333,08	8.121,03	1.787,95
	4.825.828,82	4.798.862,70	-26.966,12



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature, 'Am', 'Felix', and 'UMP'.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO*
		2016	2015
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		1.413.381,21	1.397.462,15
Pagamentos de apoios		1.612,31	50,00
Pagamentos a fornecedores		1.031.808,90	-970.643,02
Pagamentos ao pessoal		2.047.060,26	2.070.963,73
Caixa gerada pelas operações		1.663.875,64	1.646.094,60
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-110.541,68	-143.941,38
Outros recebimentos/pagamentos		1.752.647,60	1.668.040,35
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-21.769,72	-121.995,63
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-273,00	-4.772,77
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		100,70	1.282,91
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-172,30	-3.489,86
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-55,99	-20,15
Outras operações de financiamento		-490,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-545,99	-20,15
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-22.488,01	-125.505,64
Caixa e seus equivalentes no início do período		229.618,06	355.123,70
Caixa e seus equivalentes no fim do período		207.130,05	229.618,06



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature at the top, and the text 'Veu-Fleite' and 'D. J. M.' below it.

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais em 31/12/2015

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							TOTAL dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Resultados Transitados	Exced. de revaloriz.	Ajustamentos/ Outr. variações f. patrimon.	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N (1/1/2015)	791.476,35	8.234,54	3.455.981,22	1.947.982,60	-178.862,17	6.024.812,54	6.024.812,54	
Transfêrência de Result. do Exercício Anterior para Res. Transitados		-						
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		178.862,17				-178.862,17		
Excedentes de revalorização						0,00	0,00	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					167.218,42	-167.218,42		
RESULTADO INTEGRAL								
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO				0,00		0,00		
Subsídios, doações e legados								
Outras operações				-60.339,05		-60.339,05		
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N (31/12/2015)	791.476,35	-170.627,63	3.455.981,22	1.887.643,55	-167.218,42	5.618.392,90	5.797.255,07	

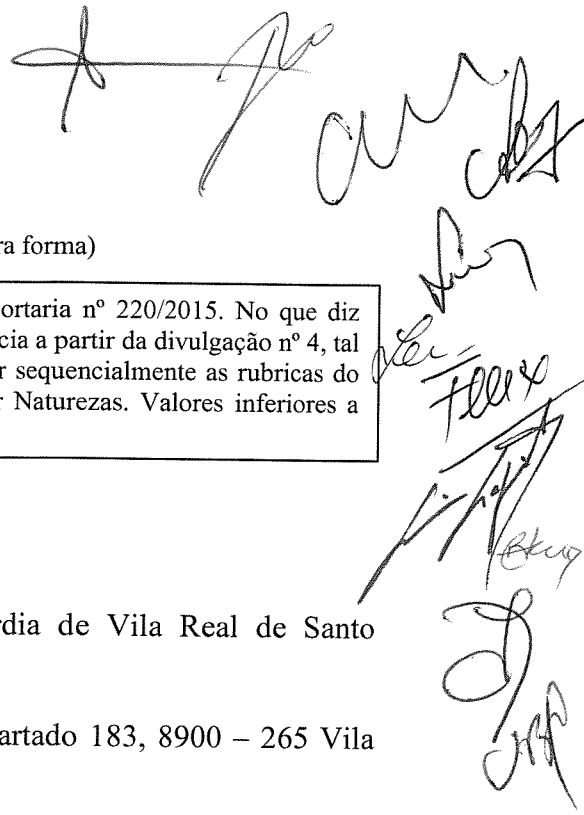
Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais em 31/12/2016

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						TOTAL dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Resultados Transitados	Exced. de revalorização	Ajustamentos/Outr. variações f. patrimon.	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N (1/1/2016)	791.476,35	-170.627,63	3.455.981,22	1.887.643,55	-167.218,42	5.797.255,07	5.797.255,07
Transfêrencia de Result. do Exercício Anterior para Res. Transitados							
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Realização de Excedentes de revalorização		-167.218,42				-167.218,42	
		370.060,46	-370.060,46			0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							
RESULTADO EXTENSIVO							
					-26.966,12	-26.966,12	-26.966,12
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Subsídios, doações e legados				1.979,99		1.979,99	1.979,99
Outras operações				-63.569,47		-63.569,47	-63.569,47
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N (31/12/2016)	791.476,35	32.214,41	3.085.920,76	1.826.054,07	-26.966,12	5.541.481,05	5.708.699,47



A collection of handwritten signatures and initials in black ink, arranged vertically on the right side of the page. The signatures are stylized and cursive. The word 'FELIX' is written in a larger, more legible font in the middle of the group. There are also some smaller initials and marks, including a small signature that appears to be 'Edy'.

Anexo



ANEXO

(As quantias estão expressas em Euros, exceto quando indicado de outra forma)

Nota prévia: o presente ANEXO está estruturado com base na Portaria n.º 220/2015. No que diz respeito à sequência numérica, a entidade criou a sua própria sequência a partir da divulgação n.º 4, tal como previsto na referida portaria. As notas começam por divulgar sequencialmente as rubricas do Balanço e continuam depois na Demonstração dos Resultados por Naturezas. Valores inferiores a 1.000€ poderão não ser referidos.

1. Identificação da entidade

Designação da entidade: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Santo António

Sede: Avenida Fernando Salgueiro Maia, n.º 9 – Apartado 183, 8900 – 265 Vila Real de Santo António

Natureza da atividade: Prestação de serviços sociais de apoio à infância, juventude, família e idosos

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

- Para além das alterações estruturais inerentes à primeira adoção do SNC – ESNL ocorrida em 2012 pela SCMVRSA e da mudança ocorrida em 2013 na valorização dos edifícios e propriedades de investimento, não ocorreram em 2016 quaisquer outras alterações às políticas, estimativas contabilísticas ou erros passíveis de serem reportados na presente Nota.

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a SCMVRSA adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras constantes no regime da normalização contabilística para as ESNL (Anexo II do Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março);
- A NCRF específica para o Sector não Lucrativo.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

4. Ativos fixos tangíveis

- Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se aos bens utilizados na prestação de serviços ou no uso administrativo. Com exceção para os edifícios, todos os restantes ativos fixos estão valorizados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e perdas por imparidades acumuladas. O grupo dos Edifícios, na sequência do processo de revalorização efetuado no ano de 2013, passou a estar mensurado pelo justo valor. Nas contas desse ano foram efetuados os relatos e divulgações adequados, em conformidade com a NCRF 7.

- Os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso e durante o período de vida útil esperada. O método de depreciação utilizado é o da linha reta. Relativamente aos edifícios, após a revalorização de 2013 antes referida, o órgão de gestão da SCMVRSA considerou que todos os edifícios revalorizados revelavam condições para produzir benefícios económicos para a

SCMVRSA durante 50 anos, com início em 2013. O método da linha reta que já vinha sendo utilizado nas depreciações manteve-se.

As taxas de amortização para os ativos fixos estão definidas, tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	Taxas	Vida útil
Edifícios e outras construções	2%	50 Anos
Equipamento de alojamento de utentes, didático, médico-hospitalar e outro	16,66%	6 Anos
Equipamento Informático	20%	5 Anos
Equipamento de transporte	20%	5 Anos
Equipamentos de valor inferior a 1.000 Euros	100%	1 Ano

As taxas evidenciadas no quadro foram estabelecidas anteriormente à introdução do SNC-ESNL em 2012. Como tal, verifica-se nalguns casos algum desalinhamento em relação às taxas atuais (Portaria nº 94/2013), como por exemplo a taxa relativa a equipamento informático. Esse desalinhamento é pouco relevante, face aos valores envolvidos e à natureza social da instituição. Neste ano de 2016 deu-se continuidade ao processo de melhoria no mapa de amortizações. Os bens adquiridos no ano estão codificados e sofreram depreciações de acordo com a Portaria nº 94/2013. Gradualmente será regularizada a situação de anos anteriores.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

- A conta de balanço “ativos fixos tangíveis” inclui, nos termos da portaria nº 220/2015, o valor relativo às Propriedades de Investimento. Estas, são constituídas por um conjunto de edifícios, propriedade da SCMVRSA, que preenchem os requisitos gerais definidos na NCRF 11: destinam-se à obtenção de rendas ou à valorização do património. Não se destinam ao fornecimento de bens e serviços ou finalidades administrativas. Esta classe de ativos passou, a partir de 2013, a ser valorizada de acordo com o método do justo valor. Com base nas normas definidas para o método do justo valor, cessou a partir de 2013 a contabilização de depreciações anuais relativas às propriedades de investimento.

- Os dois quadros a seguir apresentados mostram a desagregação dos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como o valor comparativo das depreciações acumuladas:

Ano de 2016

Rubricas	Saldos iniciais	Aumentos	Abates	Saldos finais
Edifícios e outras construções	6.342.605 €	17.699€		6.360.304 €
Equipamento básico	576.831 €	15.162€		591.993 €
Equipamento de transporte	139.331 €			139.331 €
Equipamento administrativo	195.480 €	895€		196.375 €
Outros ativos fixos	3.761 €			3.761 €
Investimentos em curso	15.719 €	10.565€	(a)17.700€	8.584 €
Propriedades de investimento	104.881€			104.881€
Valores totais ilíquidos	7.378.608 €	44.321€	17.700 €	7.405.229 €
Depreciações acumuladas	1.161.217 €	150.705€		1.311.922 €
Valores líquidos (Balanço)	6.217.391€ €			6.093.307€

(a) Transferido para edifícios

Ano de 2015

Rubricas	Saldos iniciais	Aumentos	Abates	Saldos finais
Edifícios e outras construções	6.339.233€	3.372€		6.342.605 €
Equipamento básico	561.415€	15.416€		576.831 €
Equipamento de transporte	155.666€	2.500€	18.835€	139.331 €
Equipamento administrativo	194.333€	1.147€		195.480 €
Outros ativos fixos	3.594€	167 €		3.761 €
Investimentos em curso	8.584 €	10.507€	(a)3.372 €	15.719 €
Propriedades de investimento	104.881€			104.881€
Valores totais ilíquidos	7.367.706€	33.109€	22.207 €	7.378.608€
Depreciações acumuladas	1.026.479€	153.573€	18.835 €	1.161.217 €
Valores líquidos (Balanço)	6.341.227€			6.217.391€

(b) Transferido para edifícios

5. Investimentos financeiros

- Estão englobados os valores relativos ao Fundo de Reestruturação do Setor Solidário registados na conta 4152, seguindo orientações da Segurança Social, entidade que tutela e visa as contas da SCMVRSA.

6. Inventários

- Os inventários incluem as matérias-primas e subsidiárias destinadas à prestação dos serviços, que constituem a missão da SCMVRSA – apoio à infância, juventude, família e idosos. Incluem géneros alimentares, medicamentos, material clínico e outras matérias subsidiárias. Os inventários estão valorizados ao custo de aquisição, ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

- Relativamente aos inventários a SCMVRSA seguiu as regras fixadas na NCRF respetiva. Em 31/12/2016 os valores dos inventários estão mensurados ao custo de aquisição e eram os seguintes:

Rubricas	Existências Iniciais	Compras (inclui compras e donativos em géneros)	Consumos	Existências Finais
Matérias-primas: Géneros alimentares	8.017 €	493.220€	494.096€	7.141 €
Matérias-subsidiárias: Material clínico	5.752 €	17.941€	20.102€	3.591 €
Matérias-subsidiárias: Material hoteleiro	0 €	0€	0€	0 €
Matérias-subsidiárias: Medicamentos	0 €	14.310€	13.587€	723 €
Matérias-subsidiárias: outros produtos farmacêuticos	0 €	556€	556€	0 €
Matérias-subsidiárias: outro material	0 €	1.476€	1.476€	0 €
Total	13.769 €	527.503€	529.817€	11.455 €

Em 2015 as contas de inventários haviam registado os seguintes movimentos:

	Existências Iniciais	Compras (inclui compras e donativos em géneros)	Consumos	Existências Finais
Matérias-primas: Géneros alimentares	7.860 €	503.053 €	502.896 €	8.017 €
Matérias-subsidiárias: Material clínico	6.734 €	24.746 €	25.728 €	5.752 €
Matérias-subsidiárias: Material hoteleiro	0 €	447€	447 €	0 €
Matérias-subsidiárias: Medicamentos	447 €	12.767€	13.214€	0 €
Matérias-subsidiárias: outros produtos farmacêuticos	0 €	1.407€	1.407€	0 €
Matérias-subsidiárias: outro material	0 €	1.391 €	1.391 €	0 €
Total	15.041 €	543.811 €	545.083 €	13.769 €

7. Créditos a receber

- As contas a receber de Clientes e Utentes são reconhecidas pelo seu valor nominal, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração estabelecidos para a Prestação de Serviços.

- Inclui os adiantamentos a fornecedores.

8. Estado e outros entes públicos

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
IVA – reembolsos pedidos (Balanço – Ativo Corrente)	8.295 €	16.689 €
Retenção de impostos sobre rendimentos	18.830 €	19.178 €
Contribuições para a Segurança Social	85.496 €	99.354€
Outras tributações	222 €	268€
Balanço – Passivo Corrente	104.548€	118.800€

9. Diferimentos

- A rubrica pode assumir dupla natureza, figurando no balanço com valores ativos e passivos. Em 2016 a conta diferimentos surge no balanço no lado do ativo e no lado do passivo.
- Os valores de natureza ativa dizem respeito a gastos já faturados à entidade no ano, mas cujo consumo efetivo e imputação às operações respeitam ao ano seguinte.
- Os valores de natureza passiva evidenciam rendimentos já contratualizados e a reconhecer em anos seguintes, com destaque para as verbas financiadas pelo IEFP.
- As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de outras contas a receber e a pagar e diferimentos

10. Outros ativos correntes

- As restantes contas a receber encontram-se valorizadas ao custo estabelecido na contratualização de protocolos, apoios e acordos de cooperação.
- Engloba valores a receber de entidades públicas.
- Os “outros ativos correntes” estão valorizados ao custo de aquisição.

Outros Ativos Correntes

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Instituições de crédito (Balanço: Outros Ativos Correntes)	0 €	242 €
Pessoal – adiantamentos (Balanço: Outros Ativos Correntes)	80 €	
Financiamentos Obtidos (Balanço: Outros Ativos Correntes)	121.401 €	231.004 €
Outros Devedores e Credores (Balanço: Outros Ativos Correntes)	3.546 €	3.446 €
Outros Instrumentos Financeiros (Balanço: Outros Ativos Correntes)	500 €	500 €
Totais: “Outros Ativos Correntes”	125.527 €	234.950 €

*Incluído no balanço em outros ativos correntes

11. Caixa e depósitos bancários

- Os montantes incluídos em caixa e depósitos bancários englobam as rubricas – caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa	1.000 €	1.000 €
Depósitos à ordem	128.000 €	53.900 €
Outros depósitos bancários	78.130 €	174.718 €
Total	207.130 €	229.618 €

12. Fundos patrimoniais

Fundos – a rubrica reflete o valor do Fundo Social originado aquando da abertura do sistema de contabilidade digráfica na SCMVRSA, iniciado com o antigo PCIPSS;

Resultados transitados – esta rubrica representa os resultados acumulados desde que existe contabilidade digráfica na SCMVRSA. Passou a integrar também, neste ano de 2016, a transferência de excedentes de revalorização prevista nas normas contabilísticas, movimentada na conta 569.

Excedentes de revalorização – resultam da revalorização efetuada em 2013 na classe de edifícios segundo o método do justo valor. Integra também, a partir deste ano, a transferência anual para a conta 569, acima referida.

Outras variações nos fundos patrimoniais – englobam os valores relativos a subsídios ao investimento e as doações.

Divulgação de outras variações nos fundos patrimoniais

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Subsídios	1.191.475 €	1.239.292 €
Doações	634.579 €	648.352 €
Total	1.826.054 €	189.644 €

13. Fornecedores

- As contas a pagar a fornecedores são mensuradas ao custo e estão registadas pelo seu valor nominal.

14. Outros passivos correntes

- Os adiantamentos de clientes - saldos das contas particulares de utentes, cujos valores estão à guarda e sob administração da SCMVRSA estão incluídos em “outros passivos correntes”. Estão mensurados ao custo e não têm implícitos quaisquer juros.

- Estão englobados valores relativos às seguintes rubricas:

Fornecedores de investimentos;

Credores por acréscimos de gastos – remunerações a liquidar;

Credores por acréscimos de gastos – fornecimentos e serviços a liquidar;

Outros devedores e credores.

Outros Passivos Correntes

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Adiantamentos de clientes	31.544 €	54.106 €
Fornecedores de investimentos	3.651 €	2.792 €
Devedores e credores por acréscimos	371.329 €	380.353 €
Outros devedores e credores	9.789 €	9.315 €
Outras operações com o pessoal		
Total	416.313 €	446.566 €

15. Vendas e serviços prestados

- A SCMVRSA reconhece o rédito proveniente da prestação de serviços com base no ponto 12.7 da NCRF-ESNL: “quando o desfecho de uma transação que envolva a prestação de serviços possa ser fiavelmente estimado, o rédito associado com a

transação deve ser reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.”

- O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual é determinada por acordo entre a SCMVRSA e os clientes/utentes dos serviços.

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Matrículas e mensalidades	1.164.563 €	1.137.133 €
Quotizações e joias	6.670 €	5.616 €
Serviços secundários	219.125 €	231.846 €
Total	1.390.358 €	1.374.595 €

16. Subsídios, doações e legados à exploração

- O reconhecimento dos subsídios monetários e não monetários é realizado nos termos do ponto 14.1 da NCRF-ESNL. Assim, tal reconhecimento só é efetuado quando existe segurança:

- que a SCMVRSA cumprirá as condições associadas aos subsídios;
- que os subsídios serão efetivamente recebidos.

- Os Subsídios do Estado e de outros Entes Públicos constituem a principal fonte de fundos da SCMVRSA. O quadro comparativo seguinte mostra os valores reconhecidos em 2016 e 2015:

Subsídios do Estado e outros entes públicos

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Centro Distrital Segurança social	2.006.154 €	1.976.545 €
Ministério da Saúde	191.906 €	192.383 €
Instituto de Emprego e Formação Profissional	92.318 €	117.934 €
Programa Escolhas	0 €	67.113 €
Autarquia	168.952 €	73.501 €
Total	2.459.330 €	2.427.476 €

17. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

- O custo apurado no ano e inscrito na demonstração de resultados encontra-se justificado no quadro seguinte:

Rubricas	Existências Iniciais	Compras (inclui compras e donativos em géneros)	Consumos	Existências Finais
Matérias-primas: Géneros alimentares	8.017 €	493.220€	494.096€	7.141 €
Matérias-subsidiárias: Material clínico	5.752 €	17.941€	20.102€	3.591€
Matérias-subsidiárias: Material hoteleiro	0 €	0€	0€	0 €
Matérias-subsidiárias: Medicamentos	0 €	14.310€	13.587€	723 €
Matérias-subsidiárias: outros produtos farmacêuticos	0 €	556€	556€	0 €
Matérias-subsidiárias: outro material	0 €	1.476€	1.476€	0 €
Total	13.769 €	527.503€	529.817€	11.455 €

18. Fornecimentos e serviços externos**19.**

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Subcontratos	263 €	179 €
Serviços especializados	175.226 €	198.358 €
Materiais	78.801 €	105.055 €
Energia e fluidos	148.621 €	141.145 €
Deslocações, estadas e transportes	672 €	1.353 €
Serviços diversos	150.464 €	166.707 €
Total	554.047 €	612.797 €

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	114 €	45 €
Comunicação	14.083 €	14.734 €
Seguros	8.004 €	11.522 €
Contencioso e notariado	71 €	328 €
Limpeza, higiene e conforto	104.503 €	110.145 €
Outros serviços	19.901 €	24.424 €
Rouparia	3.787 €	5.509 €
Total	150.463 €	166.707 €

20. Gastos com o pessoal

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Remunerações do pessoal	2.336.892 €	2.383.942 €
Indemnizações	8.325 €	9.597 €
Encargos sobre remunerações	488.522 €	517.795 €
Seguros de acidentes de trabalho	28.476 €	24.992 €
Outros gastos com pessoal	8.292 €	9.474 €
Total	2.870.507 €	2.945.800 €

21. Benefícios dos empregados

- Durante o ano de 2016 o número médio de empregados da SCMVRSa foi de 259. O valor contabilizado em gastos com pessoal totalizou 2.870.507€. Este valor inclui, para além dos encargos com o pessoal do quadro da instituição, também os gastos com 16 pessoas no âmbito dos programas IEFp. Inclui ainda a estimativa com subsídios de férias e mês de férias a liquidar no ano seguinte, cujo direito foi adquirido em 2016 de acordo com a legislação respetiva. Apresenta-se o quadro comparativo dos gastos com pessoal:

- O número de membros dos órgãos diretivos foi:

- Mesa Administrativa: 8 (oito)
- Conselho Fiscal: 5 (cinco)
- Mesa da Assembleia Geral: 3 (três)

- Nenhum dos órgãos diretivos recebe qualquer remuneração pelo desempenho do respetivo cargo.

22. Outros rendimentos

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Rendimentos suplementares	63.749 €	57.054 €
Rendimentos e ganhos restantes ativos financeiros	1.860 €	1.395 €
Rendimentos e ganhos investimentos não financeiros	590 €	
Outros	203.096 €	188.462 €
Total	269.295 €	246.911 €

23. Outros gastos

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Impostos	4.221 €	5.124 €
Dívidas incobráveis	602 €	6.537 €
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	4 €	0 €
Correções relativas a períodos anteriores	26.928 €	22.536 €
Donativos	0 €	1.101 €
Quotizações	5.200 €	3.300 €
Coimas e outras penalidades	791 €	60 €
Outros não especificados	2.647 €	1.447 €
Totais	40.393 €	40.105 €

24. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização. Esse gasto resulta da aplicação das taxas de amortização seguintes:

	Taxas	Vida útil
Edifícios e outras construções	2%	50 Anos
Equipamento de alojamento de utentes, didático, médico-hospitalar e outro	16,66%	6 Anos
Equipamento Informático	20%	5 Anos
Equipamento de transporte	20%	5 Anos
Equipamentos de valor inferior a 1.000 Euros	100%	1 Ano

Nota: ver divulgação no ponto 4. Ativos fixos tangíveis

25. Juros e rendimentos similares obtidos

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Juros obtidos – de depósitos	101 €	1.371 €

26. Juros e gastos similares suportados

- O custo total registado na demonstração de resultados diz respeito a juros.

7/03/2017

O Contabilista Certificado

Francisco José Simões Pinto

Membro n° 4387 da OCC



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature at the top, a signature labeled 'Felix' below it, and several other illegible signatures and initials.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

SANTA CASA DA MISERICORDIA
DE
VILA REAL DE SANTO ANTONIO

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1 – Nos termos estatutários, cumpre ao Conselho Fiscal emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pela Mesa Administrativa, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

2 – No decurso do exercício, acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade financeira da Instituição. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação.

3 – No âmbito das nossas funções, cumpre-nos salientar o seguinte:

3.1 – O Relatório apresentado pela Mesa é suficiente claro no que concerne à atividade financeira e à situação atual da Instituição;

3.2 – O Balanço e a Demonstração dos Resultados permitem uma fácil e completa compreensão da situação financeira;

3.3 – As disposições contabilísticas foram adequadas.

4 – O resultado líquido do exercício foi de – 26.966,12 € (vinte e seis mil novecentos e sessenta e seis euros e doze cêntimos negativos), menos negativo em cerca de 84 % do que no ano transato. Para tal contribui a comparticipação da Camara Municipal de Vila Real de Santo António no montante de 169.000,00 euro.

5 – Os somatórios das rubricas de Rendimentos e Ganhos e de Gastos e Perdas, estão melhores em relação ao ano de 2015.

6 – Tendo como comparação o ano de 2015, nas rubricas de Rendimentos e Ganhos há a assinalar um aumento de 47.000,00 euros (Serviços prestados 15.000,00 euros e Subsídios à exploração de 32.000,00 euros), no conjunto dos Gastos e Perdas houve um decréscimo nos custos com o pessoal na ordem dos 75.000,00 euros.

7 – A rubrica 21 Clientes e Utentes apresenta uma verba de Créditos a Receber no valor de 39.691,97 Euros, proveniente de dividas de utentes.

8 – As contas 11, 12, e 13 – Caixa e Depósitos Bancários registam um decréscimo de cerca de 22.488,01 euros cerca de 9,8 % em relação ao ano de 2015.

9 – A conta Fornecedores, regista uma diminuição de 45.344,57 euros cerca de menos 15 %, em relação ao ano anterior.

10 – Os registos na conta 21 mencionado no ponto 7, apontam para uma intervenção urgente na sua regularização.

11 – Relativamente às diversas Valências, salientamos os resultados negativos da Creche “Santo António” , do Jardim de Infância “A Cegonha”, do Centro de Acolhimento Temporário, e da Unidade de Cuidados Continuados, e dos resultados positivos dos Lares “Dr. Alonso Vasquez” e Dr. “Colaço Fernandes” bem como da Creche “A Cegonha” e Creche “A Borboleta”.

12 – Pelo exposto, tendo em consideração as informações recebidas da Mesa, analisado o Relatório e ouvido o Contabilista Certificado, somos de parecer favorável à aprovação do Relatório de Gestão e Contas.

13 – Finalmente. O Conselho Fiscal deseja manifestar ^a Mesa e aos Serviços Administrativos o seu apreço pela colaboração prestada.

Vila Real de Santo António, 16 de Março de 2017.

O Conselho Fiscal

O Presidente; -----

O Vice-presidente; -----

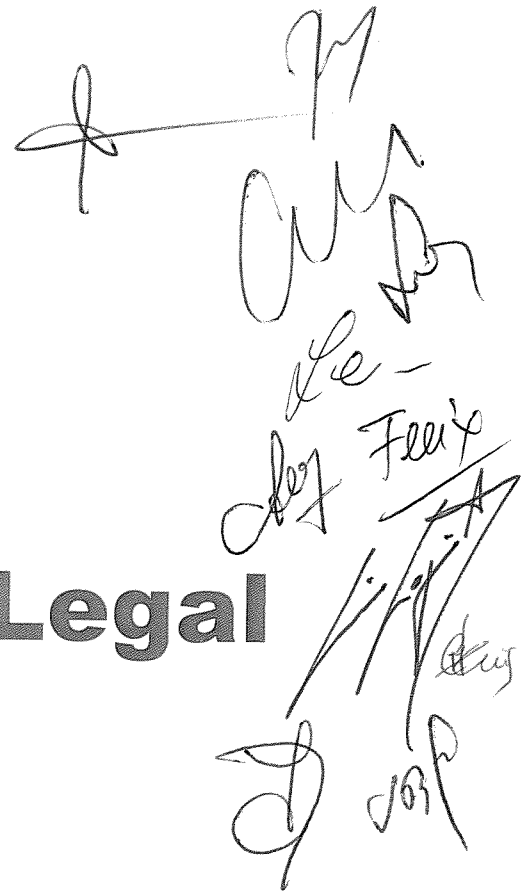
O Secretário; -----

Handwritten notes and signatures on the right margin:
Handwritten initials and signatures, including the name "Flora" written in a stylized font.

Handwritten signatures of the Council members:
Signature of the President: [Handwritten signature]
Signature of the Vice-president: [Handwritten signature]
Signature of the Secretary: [Handwritten signature]

Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top right, a signature with "Ferreira" written below it, and another signature with "de" written below it.

Certificação Legal das Contas



A collection of handwritten signatures and initials in black ink, located in the top right corner of the page. The signatures are stylized and include names such as 'Alex', 'Felipe', and 'D. V. P.'.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Santo António, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 6.495.165 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.708.699 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 26.966 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas no número 1 da secção Bases para a Opinião com Reservas, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

1. Conforme referido na nota 3a do anexo, a instituição procedeu, no exercício de 2013, à alteração do período de vida útil dos imóveis revalorizados tendo sido atribuído mais 50 anos de vida útil a todos eles.

Não nos foram facultados estudos económicos fundamentados, nem pareceres técnicos independentes, que nos permitam avaliar sobre a adequacidade da nova vida útil atribuída aos imóveis revalorizados.

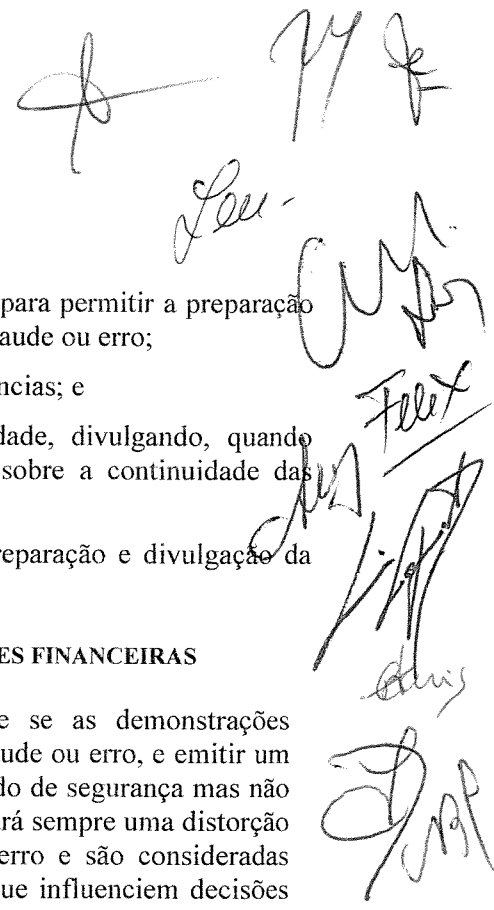
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



Handwritten signatures and initials, including 'Lee', 'Felix', and 'MCA'.

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

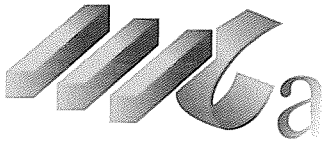
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



Mariquito, Correia & Associados, SROC, Lda.
www.mca.pt

+30 Anos
de Credibilidade, Isenção e Competência

An independent member of
BKR
INTERNATIONAL
www.bkr.com

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Linda-a-Pastora, 7 de março de 2017

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representado por:


José Martins Correia - ROC

